

Ilmo. Sr.  
Shelley de Souza Carneiro  
Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais  
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n. - 1º Andar - Bairro Serra Verde  
31630-900 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Nossa Referência: GA/IP- 2559/2010

Data: 29/12/2010

Sua Referência:

Assunto: Recurso às condicionantes da LO 316 - PCH Rio de Pedras  
Processo: 01158/2002/002/2007

Prezado Senhor,

Respeitando o prazo regulamentar de 30 dias após a emissão da LO 316, referentes à PCH Rio de Pedras, vimos impetrar recurso à este Conselho Estadual de Política Ambiental no tocante ao texto de duas das condicionantes da referida licença, solicitando mudanças de redação, de acordo com as justificativas técnicas abaixo relacionadas:

**CONDICIONANTE 3:** Implantar e manter sistema de prevenção e combate a incêndio na vegetação natural, nas áreas de propriedade do empreendimento, em cumprimento à Resolução SEMAD 711 de 13 de Maio de 2008;

**PRAZO:** Durante toda a fase de operação do empreendimento;

**JUSTIFICATIVA:** Tendo em vista a grande dimensão das áreas de influência indireta e da região em que se insere o empreendimento, torna inesequível um Plano de Prevenção e Combate a Incêndio destas áreas. Solicitamos implantar e manter este plano apenas na área de propriedade da empresa, sendo nas demais realizado trabalho preventivo de conscientização da população, dentro do programa de educação ambiental, informando sobre as práticas preventivas e de controle de incêndios em áreas rurais, além das medidas a serem adotadas quando da detecção de focos, acionando o corpo de bombeiros local e o Instituto Estadual de Florestas - IEF.

**CONDICIONANTE 4:** No âmbito do PACUERA, realizar um diagnóstico dos pontos de lançamento de Efluente Doméstico in natura no corpo do reservatório, apontando a melhor solução técnica a ser adotada;

**PRAZO:** 15 meses após a concessão da LO;

**JUSTIFICATIVA:** Nos comprometemos a diagnosticar os pontos de lançamentos de efluentes, porém não é de responsabilidade do empreendedor viabilizar a implantação dos sistemas de tratamento dos efluentes domésticos lançados no corpo do reservatório, uma vez que este impacto ao meio ambiente não decorre da operação da PCH, sendo este de responsabilidade dos respectivos proprietários. Este reservatório foi formado em 1928, anterior a grande maioria destes lançamentos, evidenciando a falta de ligação entre o empreendimento e as ocupações antrópicas posteriores. Ressaltamos também que o empreendedor não tem poder para implantar tais sistemas em propriedades de terceiros, sendo os lançamentos de responsabilidade da empresa, já devidamente tratados.

SUPRAM CM/  
ANDERSON  
MARQUES

Informações adicionais podem ser obtidas com o Engenheiro de Meio Ambiente, Rodrigo Avendanha Liboni, pelo telefone 3506.3013 ou e-mail rodrigo.liboni@cemig.com.br. 682

Atenciosamente,



Enio Marcus Brandão Fonseca  
Superintendente de Gestão Ambiental da Geração e Transmissão